

Portal Receitas

TCEMG





Contextualização



2021 e 2022

Início do funcionamento do Portal e inclusão de 340 municípios no Portal.



2023 e 2024


Seguimento do acompanhamento, acrescentando apenas municípios por determinação da Casa.

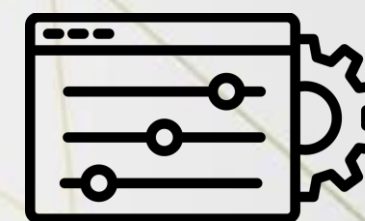


2025 e 2026

Encerramento da ação para os 340 municípios.
Reestruturação das questões de auditoria.
Inclusão de novos municípios.

Objetivo da ação:

 **Adequação** das estruturas legislativas, físicas e organizacionais das administrações tributárias municipais.



**autonomia financeira
municipal**



equilíbrio das contas públicas



Legislação

- Legislação publicada, atualizada e consolidada;
- Atualização da PGV.

Pessoal

- Auditor ou fiscal concursado em exercício;
- Capacitação recorrente.

Infraestrutura

- Ferramentas de tecnologia da informação

Rotinas de fiscalização

- Procedimentos de fiscalização regulamentados;
- Rotina de planejamento;
- Reforma tributária.

Cobrança administrativa e judicial

- Ato normativo regulamentando a cobrança administrativa

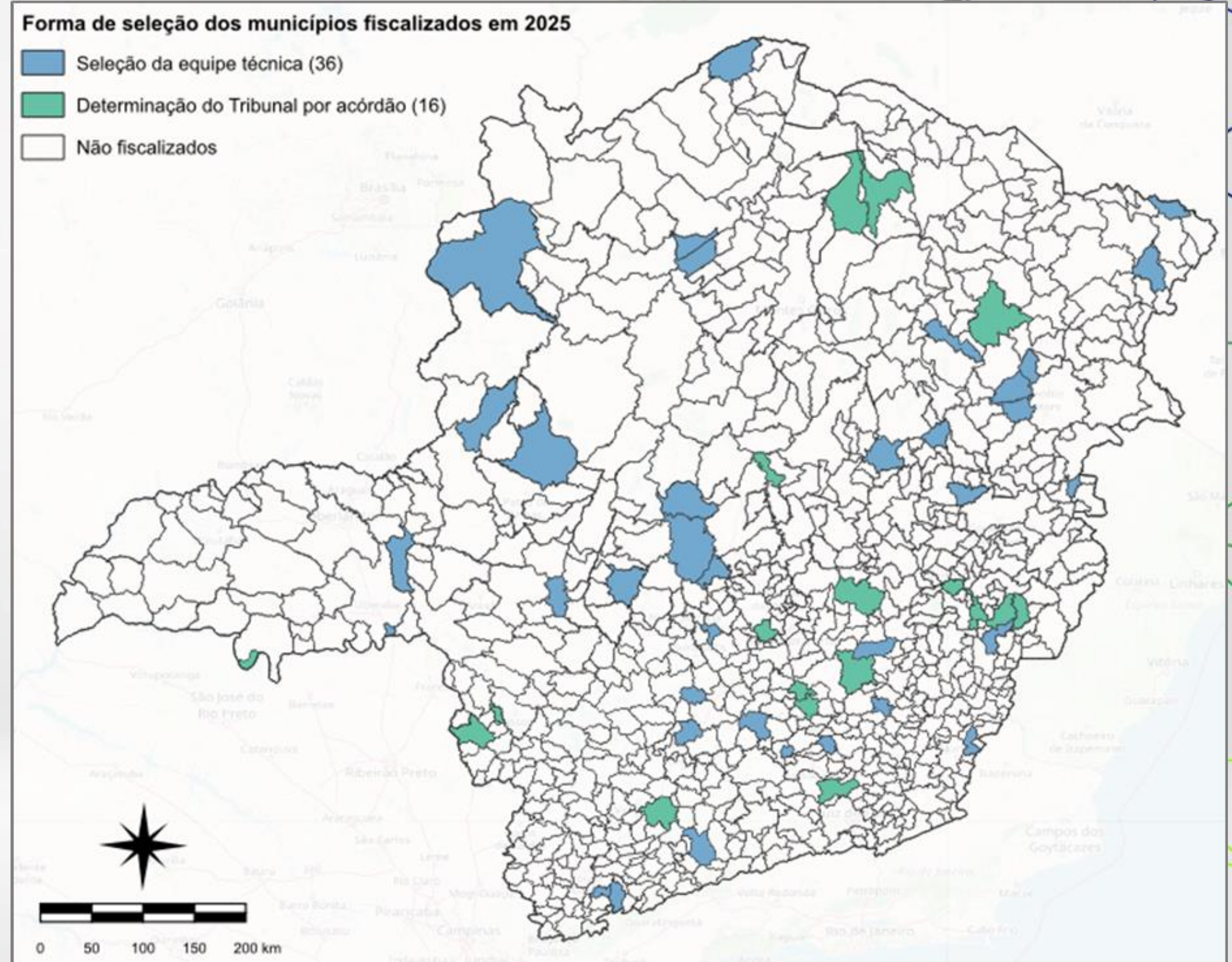
Seleção dos municípios fiscalizados



Critérios de seleção:

- 1- **Esforço tributário**
Índice que mede a capacidade de arrecadação do município, e consiste no resultado da divisão da receita tributária própria pelo valor da receita total arrecadada
- 2- **Abrangência regional**
Inclusão de municípios das 12 mesorregiões do Estado
- 3- **Estratificação populacional**
Em 2025, optou-se por incluir municípios com população acima de 10 mil habitantes
- 4- **Municípios incluídos por determinação de acórdão**
Municípios incluídos no acompanhamento em razão de decisão processual.

Entes fiscalizados



FASES DO ACOMPANHAMENTO

Seleção

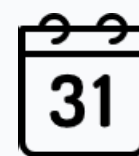


Critério de seleção:

- esforço tributário;
- abrangência territorial;
- populacional.

01

Inclusão



Inclusão do município com o encaminhamento de:

1. Ofício
2. Relatório Preliminar
3. Diagnóstico

02

Análise



Análise pela equipe técnica das respostas apresentadas pelos municípios fiscalizados

03

Acompanhamento



Acompanhamento realizado pela equipe de forma dialógica no Portal

04

Resultados



Ao longo do trabalho, verificação se há aumento da arrecadação de receitas próprias municipais

05

DIAGNÓSTICO

A partir de dados do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), é formulado um diagnóstico das receitas municipais, com os seguintes **INDICADORES**:



EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

divisão entre a receita total arrecadada e a despesa empenhada

COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE COM A MÁQUINA ADMINISTRATIVA

divisão da receita corrente arrecadada pela despesa corrente empenhada

AUTONOMIA FINANCEIRA

divisão da receita tributária própria pela despesa corrente empenhada do município

ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO

divisão da receita tributária própria pelo valor da receita total arrecadada

DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

divisão das transferências recebidas (correntes e de capital) pelo total de receita do município

CARGA TRIBUTÁRIA PER CAPITA

divisão da receita tributária própria arrecadada pelo número de habitantes do município

DESPESAS CORRENTES PER CAPITA

divisão da despesa corrente pelo número de habitantes do município

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Auditoria e Avaliação de Políticas Públicas
1ª Coordenadoria de Auditoria dos Municípios


ANEXO II - INDICADORES FINANCEIROS

Ofício ORRM 03/2025
Município Resende Costa
Território de CENTRAL
População Estimada em 2024 11.520 habitantes

Os indicadores financeiros demonstrados neste Anexo têm como base os dados fornecidos pelo Município, nas prestações de contas mensais do exercício de 2024, encaminhadas ao Tribunal de Contas, por meio do SICOM.

Importa ressaltar que as análises de desempenho econômico-financeiro não abordam questões de legalidade, legitimidade e economicidade.

No período de 2020 a 2024 a arrecadação das receitas do Município teve o seguinte comportamento:



Fonte: SICOM, extração em 12/06/2025

Em 2024, a receita realizada correspondeu a 120,13% da receita prevista.

Página 1 de 7

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Auditoria e Avaliação de Políticas Públicas
1ª Coordenadoria de Auditoria dos Municípios

A arrecadação dos tributos municipais apresentou a seguinte evolução:

Quadro 02 - Arrecadação de Tributos 2020 a 2024

Ano	Imposto sobre a renda	Impostos sobre a Circulação de Mercadorias	Impostos sobre o Patrimônio	Cobrança de Tributos	Taxas e emolumentos	Contribuição de Melhoria	Total Geral
2020	466.725,84	724.664,96	870.811,28	0,00	121.084,07	0,00	2.205.286,15
2021	522.030,38	908.012,00	964.290,32	0,00	136.148,70	0,00	2.533.410,40
2022	698.672,80	972.403,12	977.403,97	0,00	150.319,81	0,00	3.028.796,50
2023	1.283.672,04	995.522,22	1.110.448,25	0,00	188.841,86	0,00	3.558.484,37
2024	1.504.266,57	1.522.203,50	1.385.108,45	0,00	211.368,41	0,00	4.622.979,93

Fonte: SICOM, extração em 12/06/2025

Os indicadores a seguir objetivam fornecer elementos para uma melhor interpretação das finanças públicas do Município. A tabela de resultados pode ser consultada no Portal Receitas na Aba Relatórios, opção Indicadores.

1) Indicador de equilíbrio orçamentário

Esse indicador é o resultado da divisão entre a receita total arrecadada e a despesa empenhada.

O resultado de 108,58% deste indicador demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada. A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que os recursos arrecadados em 2024 foram suficientes para suportar a despesa executada, apresentando superávit de execução.

2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a

Página 2 de 7

DINÂMICA DO PORTAL RECEITAS



Questão

Questão de auditoria



Proposta de tomada de decisão

Proposta elaborada como sugestão de ações para o município



Providência

Ações solicitadas para aprovação da questão



Análise técnica

A resposta apresentada pelo município é submetida análise da equipe



Aprovação

Caso a resposta e documentos apresentados sejam satisfatórias, aprova-se a questão no portal



Plano de ação e fixação de prazo

Caso a questão não seja aprovada, solicita-se apresentação de plano de ação

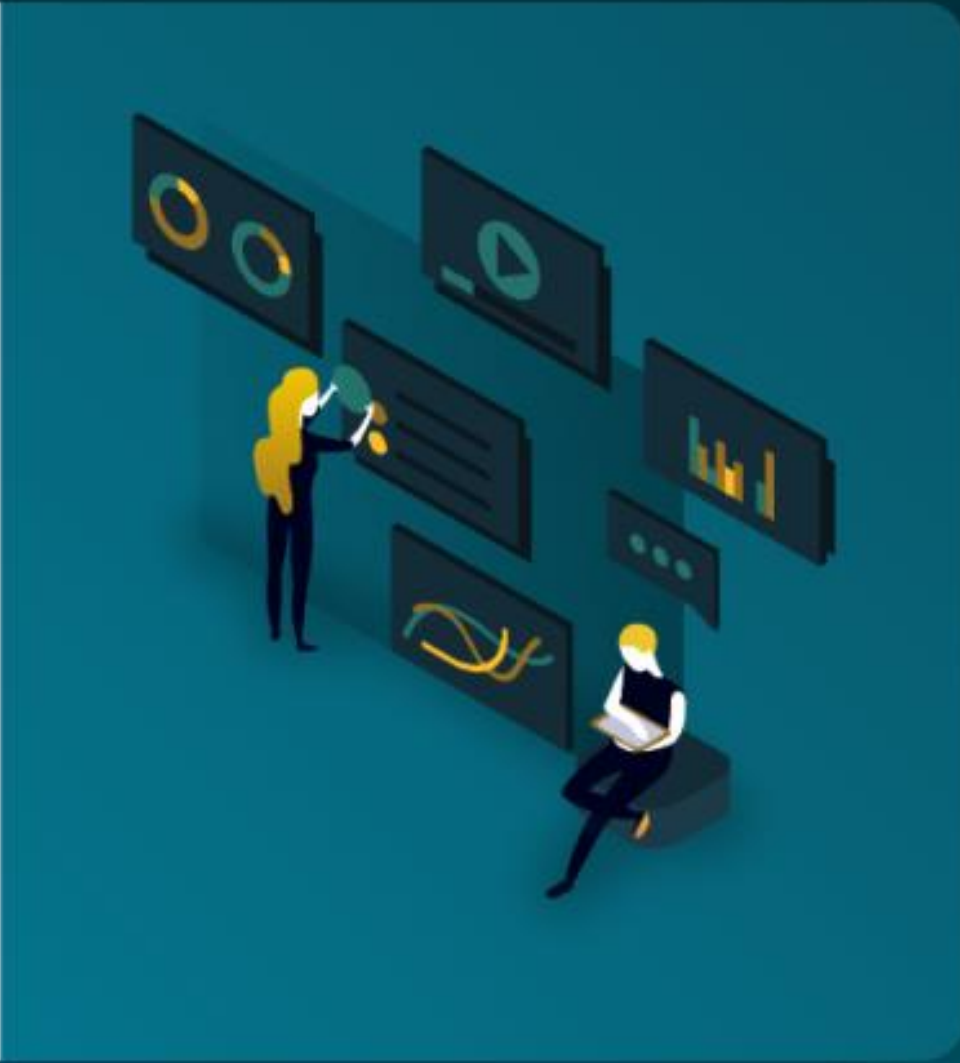


PORTAL
RECEITAS
A gestão pública começa com a arrecadação

LOGIN:

SENHA:

ENTRAR





ACOMPANHAR OFÍCIOS

ABAIXO ENCONTRA(M)-SE RELACIONADO(S) O(S) OFICIO(S) CADASTRADO(S) COM O(S) SEU(S) RESPECTIVO(S) INDÍCIO(S) DE IRREGULARIDADE(S).
NESTA TELA, É POSSÍVEL ANALISAR, DE FORMA INDIVIDUALIZADA, O STATUS DO ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS ENVIADAS.

MENU

RELAÇÃO DE OFÍCIOS

Município: N° do Ofício: Situação: Técnico Responsável:

- ALT. DATA VENCIMENTO
- ACESSAR OFÍCIO
- CONTIN. PREENCHER
- RESPONSÁVEIS
- ACESSAR TERMO DE ENCERRAMENTO
- EXCLUIR

MUNICÍPIO	Nº DO OFÍCIO	DATA DE CRIAÇÃO	ÚLTIMA RESPOSTA	DATA ÚLTIMA RESPOSTA	SITUAÇÃO	INDÍCIO DE IRREGULARIDADE. AGUARD. AVALIAÇÃO	TÉCNICO RESPONSÁVEL	STATUS
RESENDE COSTA	ORRM 03/2025	02/07/25	TCEMG	24/02/2026	OFÍCIO GERADO	3	JOSE MAURICIO MENDES	<div style="width: 75%;"></div>
DORES DO INDAIÁ	ORRM 04/2025	02/07/25	TCEMG	20/02/2026	OFÍCIO GERADO	2	JOSE MAURICIO MENDES	<div style="width: 75%;"></div>
CARMO DA MATA	ORRM 19/2025	08/07/25	MUNICÍPIO	19/02/2026	OFÍCIO GERADO	2	-	<div style="width: 0%;"></div>
CAMPOS ALTOS	ORRM 25/2025	03/07/25	MUNICÍPIO	16/02/2026	OFÍCIO GERADO	8	-	<div style="width: 0%;"></div>
LADAINHA	ORRM 28/2025	03/07/25	MUNICÍPIO	14/02/2026	OFÍCIO GERADO	15	-	<div style="width: 0%;"></div>



☰ ACOMPANHAR OFÍCIO - RESENDE COSTA

ABAIXO ESTÃO RELACIONADAS OS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS E AS RESPECTIVAS ORIENTAÇÕES; BEM COMO AS RESPOSTAS E SUGESTÕES DADAS POR VOCÊS. O ACOMPANHAMENTO SERÁ FEITO POR MEIO DO PORTAL PARA AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PROJETO

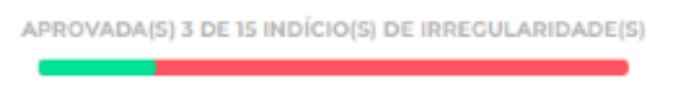
[CLIQUE AQUI](#) PARA TER ACESSO AO OFÍCIO.

← ACOMPANHAR OFÍCIOS

➤ RESPONSÁVEIS

RELAÇÃO DE INDÍCIO DE IRREGULARIDADE DO OFÍCIO ORRM 03/2025

Todas Aprovada Aguardando Aprovação Em Aberto



- > Q1 - As leis que regulam os tributos municipais estão publicadas, atualizadas e consolidadas, em meios eletrônicos, em linguagem compreensível e com ferramentas de busca acessíveis ao público em geral? !
- > Q2 - Há na legislação municipal a exigência de revisão periódica da Planta Genérica de Valores (PGV) dos imóveis para fixação da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)? !
- > Q3 - No Município, há lei que preveja cargos de fiscal de tributos? ✓
- > Q4 - Os fiscais de tributos recebem treinamento de modo continuado para o desempenho de suas funções? ✓

Q4 - Os fiscais de tributos recebem treinamento de modo continuado para o desempenho de suas funções?



Data limite para cumprimento: 29/08/2025

PROPOSTA PARA TOMADA DE DECISÃO:

Criar e executar um programa de capacitação continuada destinado aos agentes da administração tributária, visando ao desempenho de suas atribuições específicas, orientando-os no sentido de obter os resultados desejados pela administração, além estimular o desenvolvimento funcional e criar condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores. Promover a capacitação de todos os servidores que atuam na administração tributária, em especial dos fiscais de tributos, para haver uma utilização eficaz de todos os sistemas eletrônicos disponíveis para a fiscalização, incluindo as funcionalidades das ferramentas utilizadas no Portal do Simples Nacional.

PROVIDÊNCIAS:

Apresentar certificado ou comprovação equivalente de capacitação com nome do servidor, data e conteúdo do curso, dos últimos dois anos.

RESOLUÇÃO

[Arquivo Anexado pelo Jurisdicionado](#)

RESPOSTA DO TCE 1:

MARINA PROENÇA PEREIRA - 12/08/2025 às 13:19:53

Foi informado que a servidora, fiscal de tributos em exercício, realizou três cursos de capacitação. Contudo, não foram apresentados os certificados dos mesmos. Assim, solicitamos a apresentação dos certificados dos cursos mencionados para aprovação do indício. Por oportuno, parabenizamos-a pelo empenho e dedicação para realização das capacitações. Reforçamos a necessidade de capacitações contínuas na área tributária, a fim de aperfeiçoamento e atualização na área.

RESOLUÇÃO 1:

[Arquivo Anexado pelo Jurisdicionado](#)

IARA CAMARGOS DE SOUSA - 29/08/2025 às 17:02:04

Desde março de 2025, a servidora Iara Camargos de Sousa participou de capacitações específicas e compreende a relevância da capacitação continuada dos agentes da Administração Tributária para garantir eficiência na fiscalização, arrecadação e cobrança, bem como para assegurar a correta utilização dos sistemas eletrônicos (incluindo o Portal do Simples Nacional). Cursos Realizados pela Fiscal de Tributos: Desde março de 2025, a servidora Iara Camargos de Sousa participou de capacitações específicas, conforme segue: Curso: Retenções Tributárias na Administração Pública Data: 24/07/2025 Local: São João del-Rei/MG Instituição promotora: Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes e AMVER Carga horária: Integral (8h30 às 17h) Certificado: Anexo. Curso: Tributos Municipais e Noções Gerais de Administração, Fiscalização e Cobrança Data: 13/03/2025 Local: São João del-Rei/MG Instituição promotora: AMVER Certificado: Anexo. Curso: A Fiscalização do ISS no Simples

RECEITAS - CONTROLE GERENCIAL 2025 v1 - Copiar

Arquivo Início Inserir Compartilhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Automatizar Ajuda Desenhar Design da tabela

Fontes: Arial Bold 9, Arial Bold 9, Arial Bold 9

Alinhamento: Geral, Número

Estilos: Formatação Condicional, Formatar como Tabela, Estilos de Célula

Células: Inserir, Excluir, Formato

Edição: Limpar, Classificar e Filtrar, Localizar e Selecionar

Suplementos: Copilot

T38

MUNICÍPIOS INCLUIDOS NO ACOMPANHAMENTO COM BASE NOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DEFINIDOS PELA EQUIPE

Município	Cadastrado no portal?	Manifestaram no portal?	QI.01	QI.02	QI.03	QI.04	QII.05	QII.06	QIII.07	QIII.08	QIII.09	QIV.10	QIV.11	QIV.12	QIV.13	QIV.14	QV.15	N. de questões manifestadas
Alvinópolis	Sim	Sim	X	X	OK	OK	X	OK	OK	OK	OK	X	X	OK	OK	OK	OK	15
Baependi	Sim	Sim	X	X	X	OK	OK	X	OK	X	X	X	X	OK	OK	OK	OK	15
Brazópolis	Sim	Sim	X	X	X	OK	X	OK	X	X	X	X	X	OK	OK	OK	X	15
Campos Altos	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Carmo da Mata	Sim	Sim	OK	X	OK	X	X	OK	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Chapada do Norte	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Conceição dos Ouros	Sim	Sim	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	15
Coroaci	Não	Não	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Delta	Sim	Sim	OK	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Dores de Campos	Sim	Sim	X	X	X	OK	X	X	X	X	X	X	X	OK	X	OK	X	15
Dores do Indaiá	Sim	Sim	OK	X	OK	X	X	X	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	15
Eugenópolis	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Felixlândia	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Icaraí de Minas	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	OK	X	OK	X	15
Igaratinga	Sim	Sim	X	X	OK	OK	X	X	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	15
Itabirinha	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Itaipé	Sim	Sim	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	15
Jordânia	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Ladainha	Sim	Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Montalvânia	Sim	Não	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Nova Ponte	Sim	Sim	OK	X	X	X	X	OK	OK	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Papagaios	Sim	Sim	OK	X	OK	OK	X	OK	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	15
Pompéu	Sim	Sim	X	X	X	OK	X	X	X	X	X	X	X	OK	X	X	X	15

Municípios: Controle - 2025, Controle - Acórdãos, Gerencial, Ofícios

RECEITAS - CONTROLE GERENCIAL 2025 v1 - Copiar

Arquivo Início Inserir Compartilhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Automatizar Ajuda Desenhar

Fontes: Arial 9, Arial 9, Arial 9

Alinhamento: Geral, Número

Estilos: Formatação Condicional, Formatar como Tabela, Estilos de Célula

M11

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG

CONTROLE GERENCIAL - Receitas Municipais

1) QUADRO-RESUMO

Informação	Quantidade	% da amostra
Total de municípios incluídos na fiscalização	52	100%
Controle - 2025	36	69%
Controle - Acórdãos	16	31%
Cadastraram-se no Portal Receitas	48	92%
Controle - 2025	32	62%
Controle - Acórdãos	16	31%
Tiveram providência(s) aprovada(s)	31	60%
Controle - 2025	20	38%
Controle - Acórdãos	11	21%

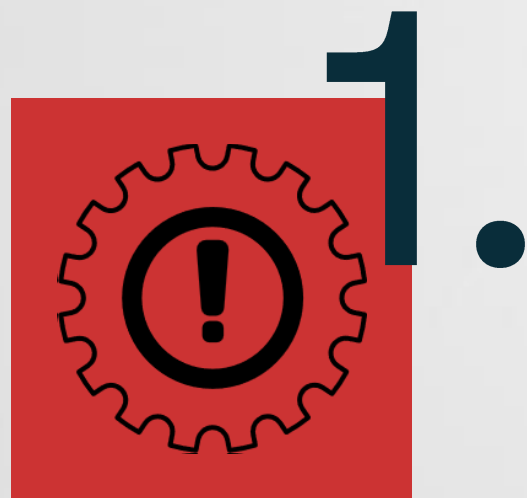
Total de indícios

Indícios saneados

2) ACOMPANHAMENTO 2025 - PERCENTUAL SANEADO POR QUESTÃO

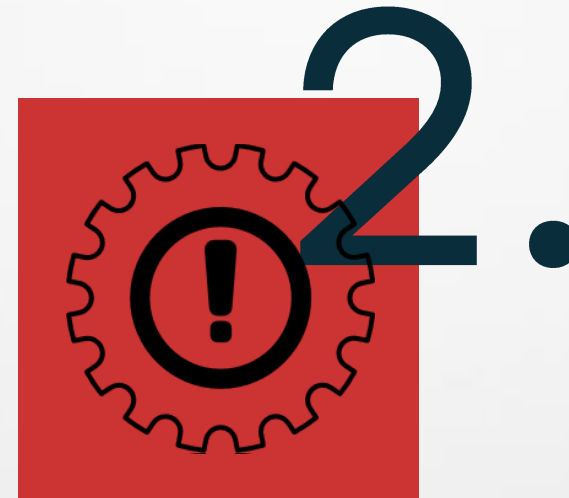
Situação	N. de municípios a se manifestarem	N. de providências aprovadas	% saneado
Q.01 - As leis que regulam os tributos municipais não estão publicadas, atualizadas e consolidadas.	36	7	19.4%
Q.02 - Ausência de previsão legal de obrigatoriedade de revisão periódica da PGV dos imóveis para cálculo do IPTU.	36	0	0.0%
Q.03 - Inexistência de previsão legal para cargos de fiscal de tributos.	36	8	22.2%
Q.04 - Falta de capacitação dos fiscais de tributos para o desempenho de suas atribuições específicas de fiscalização.	36	9	25.0%
Q.05 - Inexistência de previsão legal dos procedimentos adotados pela fiscalização tributária.	36	2	5.6%
Q.06 - Ausência de ferramenta de informática que realiza o controle da fiscalização, arrecadação e gestão dos tributos municipais de forma eficiente.	36	8	22.2%

LIMITAÇÕES



funcionamento do portal

Necessidade de reformulação, aumento da segurança, o que ocasionou atrasos no funcionamento



pouco engajamento

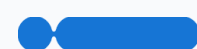
Municípios não respondem ou não apresentam os documentos solicitados



veracidade das informações

Dificuldade de verificação das informações apresentadas pelos municípios

Benefícios esperados



Estrutural

- Arcabouço normativo adequado;
- Sistemas de TI de qualidade;
- Servidores capacitados.



Qualitativo

- Melhoria e maior conformidade da administração tributária com as normas;
- Transparência para o contribuinte.



Quantitativo

- Autonomia financeira;
- Melhoria na arrecadação própria;
- Mais disponibilidade de recursos.



Eficiência das administrações tributárias

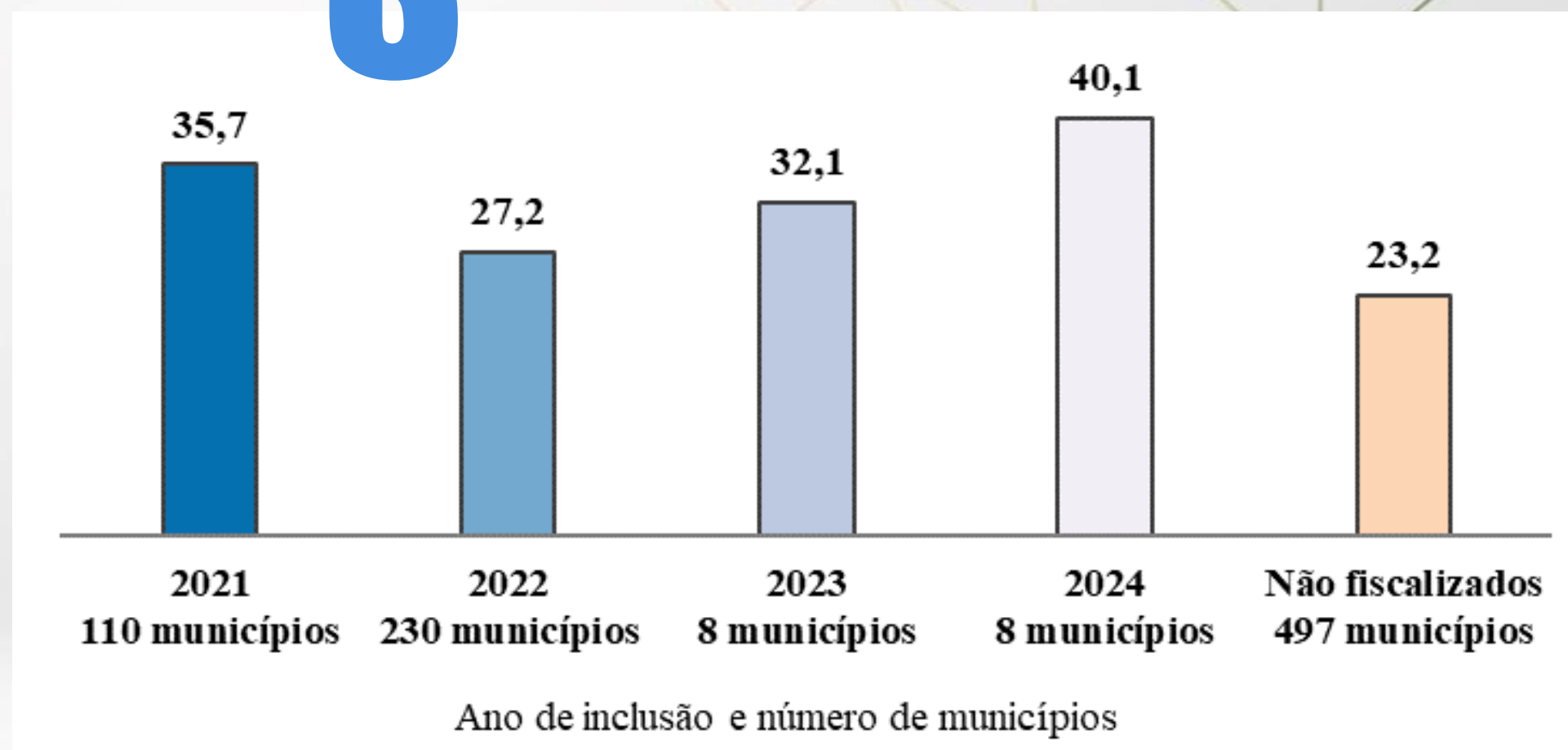
- Melhor desempenho tributário.





2021 a 2024 RESULTADOS

Evolução do esforço tributário médio dos municípios no período de 2020 a 2024, com o detalhamento do ano de inclusão na fiscalização (%)



OBRIGADA

Marina Proença Pereira

marina.pereira@tce.mg.gov.br

Diretoria de Auditoria e Avaliação de Políticas Públicas

1ª Coordenadoria de Auditoria dos Municípios

